

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da EASYNVEST - Título Corretora de Valores S.A., que compreendem os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, assim como as notas explicativas, referentes ao semestre de exercício findo em 31/12/2020, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Tivemos um ano bastante desafiador devido às incertezas geradas pela pandemia de COVID-19, que atingiram de maneira profunda as vidas e economias pelo mundo inteiro. Mantivemos, contudo, nosso foco no desenvolvimento de tecnologias e inovações voltadas à distribuição de produtos financeiros a clientes pessoa física, o que tem consolidado a posição da Easynvest como a maior corretora independente do Brasil e nos levou a atingir marcas importantes neste período. Encerramos o ano superando a marca de 1,7 milhões de clientes, representando um consistente aumento de 42% comparado ao final do mesmo período do ano anterior, e um expressivo crescimento no volume de captações líquidas, 76% superior à captação realizada em 2019. O destaque no período foi o desempenho em Renda Variável com um crescimento de 87% no total de ativos sob custódia em comparação ao mesmo período de 2019. O crescimento em Renda Variável foi impulsionado por investimentos em novas plataformas de negociação: "Apimoramos significativamente a estabilidade e escalabilidade de nossas plataformas de modo a manter a qualidade de serviço como diferencial a crescente base de clientes". Ampliamos ainda mais a oferta de conteúdo para educação financeira, direcionado a diferentes perfis e níveis de experiência de investidor, e disponibilizamos informações para facilitar a decisão na escolha de investimentos, como carteiros recomendados e rating de fundos de investimentos e emissores. Essa estratégia vem se demonstrando acertada e completamente alinhada com nosso missão de despertar o investidor em cada um de nós, de modo que seguimos durante o ano com o planejamento do ciclo de investimentos acelerados de dois e três meses, com o lançamento de novos produtos, cuja contratação foi acelerada no último trimestre de 2019, passando de 222 para 2.222 funcionários em dez/19, para 373 em dez/20 e 410 funcionários em dez/20, praticamente dobrando o número de funcionários, sendo que sua grande maioria em Squads focados em gerar produtos inovadores e utilização de tecnologias de ponta nas plataformas. Com o início da pandemia adotamos temporariamente nossos planos de contratação para o ano, mas devido à manutenção do nível dos negócios e crescimento acelerado da participação de clientes com investimentos na B3, além da rápida migração de 100% das equipes ao modelo de home office, sem nenhuma interrupção nos serviços aos clientes, a Corretora não precisou realizar nenhuma medida de redução ou suspensão do trabalho, mesmo que temporária. Em 2021 prevenimos seguir com os planos originais de contratação destes times de modo a seguir inovando e melhorando nossos produtos e serviços. Por isso, ao longo deste ano, consolidamos a nova experiência para investimentos em Renda Variável, com o lançamento de novos produtos e serviços, além de melhorias na experiência e novas funcionalidades de forma contínua e contínua para nossos clientes. Os investimentos em processamento de dados para suportar a nova infraestrutura das plataformas também cresceram consideravelmente enquanto finalizamos a migração de praticamente toda a plataforma para uma estrutura moderna, facilmente gerenciável e escalável, construída através de micro-serviços processados em nuvem - houve uma mudança considerável após esta migração do modelo tradicional de infraestrutura em datacenter, tendo a confiança de que esta nova arquitetura nos permitiria crescer de forma acelerada e com um custo incremental marginal nos próximos anos. Por fim, houve um incremento significativo nas despesas com serviços do sistema financeiro ao longo de 2020, este incremento foi praticamente devido a tarifas da B3 e diretamente relacionado ao aumento do número de clientes ativos - dada a alteração na política de tarifação da B3 válidos a partir de fevereiro de 2021 (OC 177/2020-PRE) este custo será consideravelmente reduzido e permanecerá em patamares reduzidos ao longo do nosso crescimento previsto; essa importante alteração é fruto de nossa parceria de longa data com a B3 e a concentração de esforços para o desenvolvimento e divulgação do mercado à vista de renda variável para o público de varejo no Brasil. Após outros vários semestres consecutivos de lucros até o semestre findo em 30/06/2019, as ações deste ciclo acelerado de investimentos para suportar o crescimento futuro resultaram em um prejuízo no curto prazo de R\$ 8.008,00 no exercício de 2019, quando iniciamos este ciclo e um prejuízo de R\$ 32.953 no exercício de 2020, com expectativa de volta ao lucro já em 2021. Em 11/09/2020, o Nubank anunciou a aquisição da Corretora, transação cuja conclusão ocorrerá após o cumprimento de determinadas condições do contrato e a obtenção das autorizações regulatórias necessárias. Após a conclusão desta transação será possível continuar acelerando rapidamente a missão de democratização do acesso a serviços financeiros no país, dando autonomia para as pessoas realizarem seus investimentos. Agradecemos o apoio e a participação dos senhores acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e aos demais participantes do mercado financeiro pelos resultados até então alcançados e por aqueles que virão.

Balanco patrimonial

Semestre findo em 31/12/2020 e exercicios findos em 31/12/2020 e 2019		(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	
Nota	31/12/20	31/12/19	
Ativo/Circulante			
Disponibilidades	4	343.947	56.651
Instrumentos financeiros		3.087	4.417
Carteira própria - Para negociação	5.a	2.265	3.686
Carteira própria - Disponíveis para venda	5.c	64	251
Outros créditos		14.980	21.891
Rendas a receber	6.a	4.989	8.471
Negociação e intermediação de valores	7	1.076	1.290
Outros créditos	6.b	8.915	12.130
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		8	(557)
Outros valores e bens		9	5.151
Realizável a longo prazo		851.862	681.780
Instrumentos financeiros	5.c	812.541	671.258
Carteira própria - Disponíveis para venda		756.993	657.154
Vinculados a prestação de garantia		15.151	14.104
Ativos fiscais correntes e diferidos		13.b	28.175
Imobilizado de uso, líquido		10	11.000
Imobilizado de uso		15.540	9.278
(-) Depreciação acumulada		(4.540)	(3.706)
Intangível, líquido		11	146
Intangível		4.273	4.273
(-) Amortização acumulada		(4.127)	(3.896)
Total do ativo		2.219.027	766.322

Balanco patrimonial

Semestre findo em 31/12/2020 e exercicios findos em 31/12/2020 e 2019		(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	
Nota	31/12/20	31/12/19	
Passivo/Circulante			
Outras obrigações		1.150.558	713.275
Fiscais e previdenciárias	14.a	8.150	6.500
Negociação e intermediação de valores	7	1.119.346	685.095
Diversas	14.b	25.611	17.758
Provisões		7.451	3.322
Sociais e estatutárias	15.b	7.220	3.913
Processo cível	15.c	231	9
Não circulante		21	2.533
Instrumentos financeiros	17	2.533	1.018
Patrimônio líquido		55.936	52.029
Capital	16.a	87.361	47.167
De domiciliados no país		47.167	47.167
Aumento de capital - Em aprovação		40.194	-
Reservas		-	4.832
Reserva legal		-	1.898
Reservas especiais de lucros		-	2.818
Reservas de capital		-	116
Outros resultados abrangentes		(3.188)	30
Prejuízos acumulados		(28.237)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.219.027	766.322

Demonstração dos resultados

Semestre findo em 31/12/2020 e 2019		(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	
Nota	2º Semestre 2020	31/12/20	31/12/19
Receitas da intermediação financeira		44.065	90.436
Operações de crédito		135	259
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8	43.930	90.167
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(265)	(294)
Resultado bruto da intermediação financeira		43.800	90.142
Outras receitas (despesas) operacionais		(66.287)	(135.583)
Receitas de prestação de serviços	7	35.930	66.662
Despesas de pessoal	19	(44.125)	(87.468)
Despesas de despesas administrativas	12	(62.055)	(119.401)
Despesas tributárias	13.a	(6.094)	(11.657)
Outras receitas operacionais	21	11.360	18.375
Outras despesas operacionais		(703)	(1.694)
Despesas de provisões - Processo cível		(221)	(222)
Resultado operacional		(22.708)	(45.463)
Resultado não operacional		11.797	(1.797)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(24.505)	(47.468)
Imposto de renda e contribuição social	13.a	10.982	21.550
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	1.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos		10.982	21.550
Provisões de participações estatutárias no lucro		(3.143)	(7.043)
Resultado do semestre / exercicio		(16.666)	(32.953)
Número de ações	16.a	14.960.720	14.360.720
Média ponderada da quantidade de ações - Básica	16.a	14.933.492	14.693.921
Lucro (prejuízo) por ação - Em R\$		(1,11)	(2,20)
Lucro (prejuízo) por ação - Básico - Em R\$		(1,12)	(2,24)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31/12/2020 e exercicios findos em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Reservas de lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulado do período	Total
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal			
Saldo no início do semestre em 01/06/20	47.167	-	-	1.898	(311)	55.401	(4.794)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(4.794)	1.917	20.078
Ajustes ao valor de mercado - Impostos e contribuições	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - em aprovação	16.a	20.194	(116)	-	-	(11.950)	55.936
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(1.898)	(28.237)	(1.797)
Saldo no fim do semestre em 31/12/20	47.167	40.194	(116)	1.898	(3.188)	(28.237)	55.936
Saldo no início do exercício em 01/01/20	47.167	20.194	-	1.898	2.818	52.029	55.936
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(5.362)	2.144	40.078
Ajustes ao valor de mercado - Impostos e contribuições	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	16.a	40.194	(116)	-	-	(2.144)	40.078
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.818)	(28.237)	(32.953)
Saldo no fim do exercício em 31/12/20	47.167	40.194	(116)	1.898	(3.188)	(28.237)	55.936
Mutações do período:							
Período de 01/01/19 a 31/12/19							
Saldo no início do exercício em 01/01/19	12.798	-	3.079	1.854	10.870	(174)	28.427
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	340	-	340
Ajustes ao valor de mercado - Impostos e contribuições	-	-	-	-	(136)	-	(136)
Aumento de capital	16.a	34.369	(3.079)	-	-	31.290	66.662
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	116	116
Incorporação NYX Participações S.A.	-	-	-	-	-	8.008	8.008
Destinações:	16.c	-	-	44	(8.052)	-	(7.908)
Reserva legal	-	-	-	44	-	(44)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	8.052	-	8.052
Saldo no fim do exercício em 31/12/19	47.167	-	116	1.898	-	52.029	55.936
Mutações do período:							
Período de 01/01/19 a 31/12/19	34.369	-	(2.963)	44	(8.052)	204	23.602

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2º Semestre 2020	31/12/20	31/12/19
Fluxo de caixa das atividades operacionais		11.797	(1.797)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		(16.666)	(32.953)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado		(2.877)	(3.218)
Variação de valor justo - Títulos disponíveis para venda		4.794	(5.362)
Efeito fiscal		1.917	2.144
Resultado abrangente do semestre		(19.543)	(36.171)

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Semestre findo em 31/12/2020 e 2019		(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	
Nota	2º Semestre 2020	31/12/20	31/12/19
Fluxo de caixa das atividades operacionais		11.797	(1.797)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		(16.666)	(32.953)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado		(2.877)	(3.218)
Variação de valor justo - Títulos disponíveis para venda		4.794	(5.362)
Efeito fiscal		1.917	2.144
Resultado abrangente do semestre		(19.543)	(36.171)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Semestre findo em 31/12/2020 e exercicios findos em 31/12/2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A EASYNVEST - Título Corretora de Valores S.A. ("Corretora") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.401 a 14.411 e 151 a 154 - Pavimentos 14 - 15 - Torre A2 - Jd. Equilíbrio - Condomínio Parque da Cidade - São Paulo - SP - Brasil. A Corretora tem por objeto social operar em mercados regulamentados de valores mobiliários e de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação vigente; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissão de títulos e valores mobiliários para venda; intermediar Ofertas Públicas e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar Fundos e Clubes de Investimento; intermediar operações no mercado de câmbio, inclusive por meio de sistemas de negociação de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") ou pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); praticar operações no mercado de câmbio; praticar operações de Conta Margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos; operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo BACEN e pela CVM. O plano de negócios da Corretora prevê a continuidade de sua missão de democratizar o acesso a serviços financeiros no país, realizada através do crescimento acelerado de sua base de clientes pessoa física. Para suportar este rápido crescimento foi planejado um ciclo de investimentos importantes, resultando em prejuízos de curto prazo, suportados por aumentos de capital realizados ao longo dos últimos 18 meses, seguido do retorno à geração de lucros. Portanto estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Corretora.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas, resoluções e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN (incluindo as recém publicadas Resolução 4.818 de 29/05/2015 e Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, ambas em vigor desde 1º/01/2021), subsidiariedades no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e em aderência à convergência com as normas internacionais de contabilidade e suas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), desde que aprovadas pelo BACEN. Dessa forma está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente e o comparativo do balanço patrimonial apresentado no final do exercício social imediatamente anterior. A metodologia da Corretora é a Real, mesma metodologia de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. A autorização para conclusão das demonstrações financeiras, cujo escopo limita-se à instituição individual, foi dada pela Administração em 30/03/2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) **Agrupação do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério "pro rata" diá. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com prazo original que inferior a noventa dias, não sujeitos a um risco significativo de mudança de valor e mantidos com o propósito de obter compromissos de curto prazo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São apresentadas pelo valor de aplicação, exceto dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras. d) **Instrumentos financeiros:** Regidos pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019, os instrumentos financeiros que podem ser negociados a qualquer momento, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, estão classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", são registrados pelo custo de aquisição com os rendimentos apropriados ao resultado, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta "ajustes de avaliação patrimonial" do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas, quando da venda definitiva, são reconhecidos no resultado do período. Na categoria "títulos para negociação" estão classificados os instrumentos financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo registrados pelo valor de aquisição acrescido do aumento de preço e do balanço e ajustados ao valor de mercado, tendo este ajuste ao balanço em contrapartida a adequação da conta de receita ou despesa do período, líquida dos efeitos tributários. São demonstrados no ativo circulante independentemente de seu vencimento. e) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Conforme CPC 46, os instrumentos financeiros da Corretora estão classificados em três níveis, conforme os mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação são diretamente observáveis ou não, descritos a seguir: **Nível 1:** onde os ativos ou passivos devem ser identificados aos cotados em mercados ativos, com preços e cotações verificáveis e amplamente disponíveis, sendo este o mais confiável; **Nível 2:** onde os ativos ou passivos possuem informações diretas ou indiretamente observáveis, exceto para aqueles cotados no Nível 1; **Nível 3:** onde os ativos e passivos não possuem mercado público nem instrumentos financeiros similares negociados publicamente com dados observáveis passíveis de utilização para identificar o valor justo. Para esses, é necessária teoria de mensuração, para a qual são considerados cenários e premissas econômicas complexas. Quando da indisponibilidade de preços, cotações e informações diretamente observáveis, por exemplo em momentos de menor liquidez no mercado, o julgamento da administração é necessário para a determinação do valor justo. A determinação se certos instrumentos financeiros são classificados como Nível 2 ou Nível 3 envolve o julgamento do quão significativos são as entradas de Nível 3 para as técnicas de mensuração do valor justo, sendo que nestes casos a determinação é mais subjetiva, podendo envolver um elevado grau de julgamento e premissas da administração. A Corretora mantém controles para garantir que a mensuração de valor justo seja apropriada e confiável, seguindo os modelos definidos e com revisão dos métodos para novos tipos de transação. f) **Negociação e intermediação de valores:** Demonstra pelo saldo das operações de negociação de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos de liquidação estabelecidos ou de vencimento dos contratos. Inclui também saldo disponível em contas correntes de clientes, devedores (ativo) e credores (passivo). g) **Provisões para perdas associadas ao risco de crédito:** A provisão é realizada com base na expectativa de perdas na liquidação de valores a receber de clientes por suas operações, considerando os critérios mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. h) **Imobilizado de uso:** É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da vida útil econômica dos bens, considerando taxas de depreciação anuais, as quais encontram-se apresentadas na nota explicativa 10. i) **Intangível:** São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, considerando a taxa média anual de 28% ao ano, sendo as licenças de uso amortizadas ao longo do tempo da licença. j) **Valor de recuperação dos ativos:** O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das empresas de efetuar uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Os ativos registrados como ativos imobilizados e intangíveis são analisados mediante o uso do CPC 01 (R1) e o grau de recuperação de eventuais provisões para redução ao valor recuperável, tendo a Administração concluído não ser necessário o reconhecimento de eventuais perdas em relação ao valor recuperável dos ativos. k) **Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma: **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os impactos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes em discussão são provisionados integralmente e atualizados mensalmente, independentemente de sua probabilidade de perda. l) **Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros, (ii) as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado, (iii) amortizações de ativos intangíveis, (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (v) provisões para créditos de liquidação duvidosa, (vi) créditos tributários e (vii) plano de opções de compra de ações. Os valores de eventual liquidação de ativos e passivos financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nas estimativas. m) **IR e CS:** A provisão para o imposto de renda ("IRPJ") é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 ao ano. A provisão para contribuição social ("CSLL") é constituída à alíquota de 15%. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são originados de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e adições temporárias. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em estudos técnicos das expectativas atuais de realização, observando o limite de 30% do lucro real para aqueles originados sobre o prejuízo fiscal e pela base negativa da CSLL. As alíquotas aplicadas são as mesmas descritas anteriormente e são avaliadas e amortizadas conforme Lei nº 5.172 de 25/10/1996. n) **Lucro por ação:** O lucro líquido e o prejuízo por ação apresentado na demonstração do resultado são calculados com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço e a média ponderada da quantidade de ações em circulação no período. o) **Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores de mercado, sob condições usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutabilidade de acordo com o CPC 01 (R1). p) **Plano de Opção de Compra de Ações:** Os Planos de Opção de Compra de Ações são contabilizados conforme as definições específicas de cada Programa aprovado pela Assembleia de Acionistas e outorgado pelo Conselho de Administração, conforme detalhado na nota explicativa 17.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	360	152
Caixa	1	4
Depósitos bancários	342	113
Reservas Livres	17	33
Aplicações interfinanceiras de liquidez	343.587	56.499
Letras do Tesouro Nacional	225.000	3.500
Letras do Tesouro	31	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestre findo em 31/12/2020 e exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cada. Um montante de 75% das opções outorgadas tornar-se-ão aptas ao exercício em uma proporção de 20% ao ano a partir da data da outorga, e os demais 25% ao final de 5 anos. As opções foram exercitadas com base no modelo Black & Scholes, resultando em um Prêmio no valor justo de R\$3,25 por cada Opção Classe A e de R\$0,52 por cada Opção Classe B, cujos dados significativos incluídos na precificação do valor justo das opções foram: volatilidade de 8,07%, sem distribuição de dividendos, vida esperada para o exercício de 2,9 anos e taxa de juros anual livre de risco de 2,55%. Na mesma AGE de 03/02/2020 foi aprovada a criação do Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa ("Phantom Shares"), visando estimular o engajamento de longo prazo e retenção dos Participantes, cujo prazo de carência total é de 15 anos, na proporção de 20% a cada 12 meses de serviço, o qual pode eventualmente ser antecipado por um evento de liquidez. A administração do Programa foi delegada ao Conselho de Administração. Cada Participante fará jus a um Prêmio equivalente à variação positiva entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial multiplicado pela quantidade de Phantom Shares vestidas, monte sobre o qual incidirão todas as retenções de tributos, descontos ou deduções legais aplicáveis. Em 30/06/2020 foram outorgadas 31.960 Phantom Shares como parte deste Programa, nenhuma das quais encontra-se vestida em 31/12/2020.

18. Transações com partes relacionadas

a) **Transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas compreendem operações com acionistas, administradores e seus familiares. No curso normal dos negócios a Corretora permite a realização de investimentos das partes relacionadas através de suas plataformas, nas mesmas condições que para os demais clientes e empregados, sendo efetuadas em condições usuais de mercado, e estando assim representadas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo	1	-	6	-
Outros créditos - diversos	1	-	6	-
Passivo	-	2.646	-	821
Outras obrigações - Negociação e Intermediação de valores	-	2.646	-	791
Outras obrigações - Diversas	-	-	30	-
Receitas / (Despesas)	-	-	(154)	(355)
Receitas de prestação de serviços - Corretagem	-	-	2	6
Outras despesas administrativas - Aluguel	-	-	(156)	(361)

b) **Remuneração da administração:** A remuneração total do pessoal chave da administração no exercício findo em 31/12/2020 foi de R\$ 8.422 (R\$ 5.243 em 2019) e trata-se exclusivamente de benefícios de curto prazo.

19. Despesas de pessoal

	31/12/2020	31/12/2019
Proventos	48.454	30.259
Encargos sociais	17.705	11.291
Benefícios	11.421	8.468
Honorários da Administração	8.422	5.243
Outras despesas	1.466	2.005
Total	87.468	57.266
	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com propaganda e publicidade	35.678	36.968
Despesas com processamento de dados	30.530	17.066
Despesas com serviços do sistema financeiro	31.696	14.220
Despesas com serviços técnicos especializados	9.937	5.426
Despesas com comunicações	4.087	3.024
Despesas com depreciação e amortização	1.818	1.870
Outras despesas administrativas	6.055	6.238
Total	119.801	84.812

20. Outras receitas operacionais

Estão compostas substancialmente pelo crédito de incentivo dos programas de expansão da Base de Investidores do Tesouro Direto e de

Pessoas Físicas da Custódia do Mercado à Vista no montante de R\$ 16.975 (R\$ 10.391 em 2019), de acordo com o Ofícios Circulares 009/2020-PRE, 088/2020 PRE e 102/2020, publicados pela B3, para o exercício de 2020, e os Ofícios Circulares 092/2018-PRE, 100/2018-PRE, 011/2019-VPC e 053/2019-PRE para o exercício de 2019.

22. Gerenciamento da estrutura de capital e dos riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN nº 4.557 de 23/02/2017, a Corretora adotou uma política de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital (GIRC) que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram as melhores práticas aos padrões internacionais de supervisão, governança e gestão de riscos. É uma visão integrada dos riscos que incorpora cinco outras resoluções anteriores, que tratavam do risco operacional (Resolução CMN nº 3.380), risco de mercado (Resolução CMN nº 3.464/07), risco de crédito (CMN nº 3.721/09), risco de liquidez (CMN nº 4.090/12) e gerenciamento da estrutura de capital (Resolução CMN nº 3.988/11).

Risco operacional: A Corretora considera risco operacional "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de registros de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a esse risco sejam identificados e reportados aos responsáveis pelo seu gerenciamento. **Risco de mercado:** A Corretora possui estratégias para o gerenciamento do risco de mercado claramente definidas com a adoção de procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis, e que são apurados por meio de sistema que monitora e controla a exposição, tanto nas operações incluídas na carteira de negociação, quanto nas demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado. **Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, permite identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de crédito da Corretora. Entende-se que o risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas à deterioração de garantias vinculadas ao contrato de crédito, à inadimplência do "tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Adicionalmente, a Corretora mantém aderência às melhores práticas de mercado, a fim de explorar segmentos de mercado economicamente interessantes, mitigando, contudo, a possibilidade de inadimplência. Nos casos em que atua exclusivamente como intermediadora no âmbito de câmaras de pagamento, o risco incorrido é reduzido. **Risco de liquidez:** A Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos. Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização. **Análise de Sensibilidade:** Apesar dos severos impactos da pandemia de COVID-19 a sociedade, os negócios da Corretora não têm sido impactados negativamente, sendo percebida até mesmo uma melhora nos aportes realizados pelos clientes e volumes de transações, provavelmente decorrentes de uma mudança comportamental, em que há maior preocupação das pessoas com seu planejamento financeiro e busca por investimentos alternativos. A administração não considera que há indicadores de uma mudança neste comportamento relacionado à pandemia. Os ativos e passivos da companhia são majoritariamente relacionados ao saldo dos clientes em conta de registro e títulos públicos federais pós-fixados, não envolvendo, portanto, estimativas ou incertezas em sua mensuração e contabilização. Dentre os demais saldos, os que envolvem estimativas são relacionados à Participação no Lucros, Programas de Incentivo da B3 e títulos classificados no Nível 2, todos saldos de curto prazo e que não devem sofrer alterações significativas no próximo exercício social, pois terão sua movimentação antes deste período. Os cenários projetados pela Corretora ao longo do próximo exercício social não resultam em variação aos valores contábeis que envolvem estimativas dos ativos e passivos. **Gerenciamento da estrutura de capital:** O gerenciamento de capital tem como objetivo a constante avaliação de nossa disponibilidade de recursos financeiros e patrimoniais necessários às atividades operacionais e adequadas às exigências regulatórias, atendendo à Resolução 4.557/2017 do BACEN. Define-se gerenciamento de risco de capital como o processo contínuo de monitoração e controle de capital mantido pela instituição, avaliação da capacidade de capital para fazer face aos riscos e movimentos de mercado à que a instituição está sujeita, bem como planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos e o crescimento da instituição. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das necessidades de capital, decorrentes do orçamento anual e plano pluri-anual da Corretora, e submissão do plano de capital para apreciação do Conselho de Administração, bem como pelo reporte e acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório. **23. Requisitos de capital mínimo:** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 8% do Patrimônio Exigido, conforme determina o Art. 4º da Resolução nº 4.193 de 01/03/2013 do BACEN. O gerenciamento da estrutura de capital tem como objetivo prever o capital necessário de modo a manter o capital acima do mínimo requerido. Apesar de a aplicação dos requisitos de capital mínimo apresentarem um descumprimento nominal, os aumentos de capital realizados durante o exercício de 2020 foram realizados e integralizados conforme previsto no orçamento anual pelo gerenciamento de capital, mas caso fossem considerados na apuração dos

índices estes estariam adequados à regulamentação durante todo o período, portanto não houve nenhuma consequência ou requerimento adicional. Na Resolução 4.783/20 o BACEN estabeleceu medidas temporárias para auxiliar no enfretamento da COVID-19, com a redução na parcela de ACP Conservação para 1,25% no período de 01/04/2020 a 31/03/2021. O Índice de Basileia calculado para o exercício encerrado em 31/12/2020 é de -9,29% (24,70% em 31/12/2019), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Risco Operacional (RWAopad)	214.188	167.790
Risco de Taxa de Juros (RWAjpur)	6.746	4.993
Risco de Crédito (RWAcpad)	30.579	36.214
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	251.513	208.997
Patrimônio de Referência Mínimo	20.121	16.721
Valor da Situação para o Limite de Imobilização (VI)	11.000	5.572
Limite para Imobilização (% LI = VI/PR)	-89,03%	10,80%
Patrimônio Líquido	15.743	52.000
Ajustes Prudenciais	(28.098)	(387)
Patrimônio de Referência (PR)	(12.355)	51.613
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PRLB)	(23.356)	51.613
Índice de Basileia (% PRLB/RWA)	-9,29%	24,70%

Em 12/01/2021 o BACEN, através do Ofício 1.483/2021, aprovou a AGE referente a aumento de capital, conforme exposto na nota 16.a. Este aumento não está sendo considerado no cálculo de Basileia acima, em conformidade com o § 1º, art. 4º da Resolução 4.192 de 1º/03/2013 do BACEN. No entanto, caso o aumento de capital, que já se encontrava totalmente integralizado no encerramento do exercício, fosse considerado no cálculo, o índice seria de 11,98%.

24. Pandemia COVID-19

Em virtude das incertezas dos efeitos causados pela pandemia do COVID-19, anunciado em 11/03/2020 pela Organização Mundial da Saúde, a Administração vem avaliando continuamente os impactos na operação da Corretora e concluiu que não há impactos financeiros nestas demonstrações financeiras. Este difícil momento para a sociedade tem levado um número maior de pessoas à reflexão sobre a necessidade de planejamento financeiro, manter reservas financeiras e diversificar seus investimentos, o que tem contribuído positivamente aos negócios da Corretora. Adicionalmente, a Administração está acompanhando o desdobramento da crise gerada pela pandemia e vem desenvolvendo ações direcionadas aos seus colaboradores, clientes e fornecedores.

25. Aquisição da Easynvest pela Nu Pagamentos S.A. ("Nubank")

Em 11/09/2020 o Nubank anunciou a assinatura de um contrato de aquisição da Corretora. O Nubank é atualmente o maior banco digital do mundo, com cerca de 30 milhões de clientes, presentes em todos os municípios do Brasil. As duas empresas possuem em suas missões o desejo de empoderar, despertar e ajudar as pessoas a reinventarem suas vidas financeiras. Com esta aquisição, o Nubank entra no mercado de investimentos brasileiro, apresentando uma excelente oportunidade de atender às necessidades crescentes dos clientes em um mercado em rápido crescimento. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 27/10/2020, mas por enquanto não há alteração para os clientes das duas plataformas. As empresas permanecem operando normalmente e de maneira independente. Um grupo de trabalho foi formado para planejar os próximos passos de integração dos serviços, a ser iniciada somente após a aprovação do Banco Central.

26. Resultados não recorrentes

Conforme a Resolução BCB nº 2, de 27/11/2020, a Corretora passou a divulgar de forma segregada em nota explicativa os resultados não recorrentes. A Corretora estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2020 houve a mudança da sede da Corretora e consequentemente a baixa dos valores de imobilizado relacionados à sede anterior, principalmente benfeitorias, móveis e equipamentos de uso, em um total de R\$ 1.797. Não houve resultados não recorrentes em 2019.

27. Eventos subsequentes

A Medida Provisória nº 1.034 de 01/03/2021 altera a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro de 01 julho de 2021 a 31/12/2021, passando a alíquota aplicável à Corretora de 15% para 20%.

Diretoria

Eric Falchi Bedin - Diretor Financeiro

Reinaldo Dantas - Contador CRC-ISP 110330/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais da auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossas atividades.

São Paulo, 31 de março de 2021.